

Óleo e Gás
Participações S.A.
- em recuperação
judicial

**Informações trimestrais -
ITR em 31 de março de 2017
com Relatório dos auditores
independentes sobre a
revisão das informações
trimestrais - ITR**

Conteúdo

| | |
|--|-----------|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais | 9 |
| Balancos patrimoniais | 12 |
| Demonstrações dos resultados | 13 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 14 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) | 15 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 16 |
| Demonstrações do valor adicionado | 17 |
| Notas explicativas às informações trimestrais | 18 |
| Informações Trimestrais - “Formulário CVM” | 47 |

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Óleo e Gás Participações S.A. (“OGPar” ou “Companhia”) - em Recuperação Judicial, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, bem como eventos subsequentes relevantes ao mercado.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2017 começou com um grande marco no processo de Recuperação Judicial da OGpar com a assinatura do *Term Sheet* indicativo que estabelece os principais termos comerciais de um acordo, no dia 10 de janeiro, entre a Companhia, a OGX e seus credores do Empréstimo Adicional, debenturistas do Financiamento DIP e OSX-3 Leasing B.V. em conjunto com agente fiduciário dos *bonds* de sua emissão. Dentre os principais desafios que serão superados com a assinatura do acordo definitivo está a dívida dos credores citados, totalizando mais de R\$ 2,1 bilhões no primeiro trimestre de 2017, que será convertida em capital.

O capital social da OGX P&G, com a implementação total do acordo, será distribuído conforme abaixo:

| | |
|-------------------------|--------|
| Participação da OGpar | 1,29% |
| Demais Acionistas OGSA3 | 3,71% |
| Credores IF | 15,58% |
| OSX-3 | 32,50% |
| Credores DIP | 46,92% |

Além de garantir a continuidade, tal medida trará novas e sólidas possibilidades de crescimento.

Como parte do referido acordo, a OGX manterá a sua atuação na plataforma FPSO OSX-3 que opera no Campo de Tubarão Martelo. A receita líquida, após o pagamento dos royalties, proveniente do campo terá do seu montante, 10% depositada em uma Conta *Escrow* como garantia do Plano de Desconexão e Abandono, conforme exigido pela ANP, agência reguladora. No caso da receita mensal livre de royalties ultrapassar US\$ 8 milhões, após o depósito, 33,33% do excesso será desatinado à Conta *Escrow* e 33,33% será destinado à OSX-3 como pagamento da plataforma. A expectativa é que os documentos finais do acordo definitivo sejam assinados ainda durante no segundo trimestre de 2017.

Com relação ao desenvolvimento do Bloco BS-4 a previsão do primeiro óleo é para o início de 2018 conforme informações da operadora. Tendo em vista os sucessivos atrasos da chegada da plataforma FPSO Petrojarl I, a OGX permanece em dívida com o Consórcio do bloco no montante de R\$ 92.404 milhões e continua buscando um potencial interessado em adquirir parte de sua participação no ativo, a fim de evitar que a ANP venha a intervir na continuidade do consórcio.

Junto com todas as medidas tomadas pela Companhia ao longo de 2016, a busca pelo ganho de eficiência e redução de custos, a manutenção do preço do petróleo do tipo *brent* acima dos US\$ 50,00 durante o primeiro trimestre de 2017, trouxe à OGX condições financeiras de honrar com as obrigações e custos inerentes ao processo operacional. Nesse período, a produção no Campo de Tubarão Martelo, alcançou 711,8 mil barris de petróleo e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais do período foi de R\$ 23,9 milhões.

2. Ativos em Desenvolvimento

2.1 Campos de Atlanta e Oliva (“BS-4”)

O Campo de Atlanta é um campo de óleo do pós-sal, localizado na Bacia de Santos, vinculado ao Bloco BS-4 no qual a OGX P&G possui 40% de participação. O campo é operado pela Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”) com 30% de participação e tem como sócia a Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. com 30%.

De acordo com as informações anunciadas pela operadora do ativo a chegada do FPSO Petrojarl I, está prevista para o quarto trimestre de 2017. Dessa forma, a previsão do primeiro óleo do Sistema de Produção Antecipada de Atlanta (“SPA”) é esperada para o início de 2018. Nesta primeira fase, o potencial de produção está estimado em 20 mil bbl/d, com dois poços produtores que já estão perfurados e equipados com árvore de natal molhada e bomba submersa. Essa estimativa possui margem de variação, positiva ou negativa, de 10% conforme divulgação pela operadora, e a produção do campo poderá ser ampliada com a instalação de um terceiro poço produtor.

Conforme previsto no Plano de Recuperação das Companhias, a alienação de ativos é uma das medidas de reestruturação. Os sucessivos atrasos na chegada do referido FPSO Petrojarl I e, conseqüentemente, na ocorrência do primeiro óleo do SPA, impactam significativamente a previsão de fluxo de caixa da OGX P&G, motivo pelo qual a Companhia vem intensificando seus esforços na busca de potenciais interessados em adquirir parte de sua participação no Bloco BS-4. O afretamento do FPSO Petrojarl I tem duração de cinco anos, com cláusula de rescisão válida após o terceiro ano e os equipamentos e as soluções submarinas necessárias já foram contratadas pelo Consórcio.

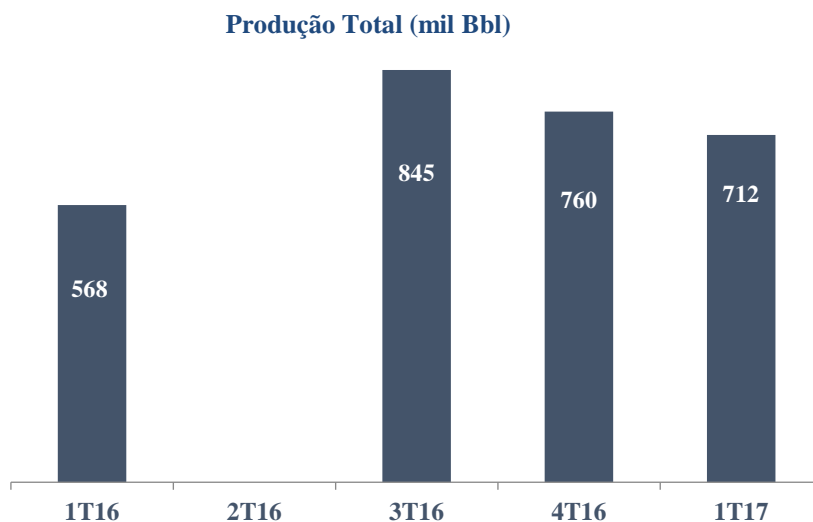
O investimento estimado do consórcio para 2017 é de U\$ 127 milhões, sendo a OGX P&G responsável por 40% desse CAPEX previsto.

3. Ativos Produtores

3.1 Campo de Tubarão Martelo

A - Produção

No primeiro trimestre de 2017 foram produzidos 711,8 mil barris de petróleo, em comparação aos 568,9 mil barris registrados no mesmo período do ano anterior. O gráfico abaixo demonstra a evolução da produção trimestral da OGX em barris de petróleo nos últimos cinco trimestres. O incremento atípico da produção no 3º trimestre se deve ao aumento de pressão nas reservas causado pelo acúmulo de hidrocarbonetos e água durante o período em que a produção permaneceu interrompida.



A produção no campo de Tubarão Martelo foi iniciada em 05 de dezembro de 2013, já tendo sido completados 3 anos de vida operacional dos ativos físicos aplicados na produção e estando todos os 4 poços em operação.

Considerando que o tempo de vida médio esperado de projeto das bombas centrífugas submersas, de 2,5 anos, foi superado e que, a despeito de toda diligência e cautela por parte do time técnico operacional da OGX, existe a probabilidade de falha durante o ano de 2017, a Companhia possui um Projeto de Revitalização do campo de Tubarão Martelo, que contempla, além de realizar intervenções em três poços produtores, com troca das respectivas bombas centrífugas submersas, também a substituição de um dos quatro poços produtores por um ainda pendente de conclusão superior. A finalidade do Projeto é estender a vida útil econômica através do aumento de produção. Em razão da necessidade de um significativo investimento para a realização do Projeto, a OGX considera a possibilidade de realizar apenas o “workover” com o objetivo de evitar a queda drástica no volume de óleo produzido.

B - Resultados Financeiros da Operação

A seguir apresentamos os dados financeiros da operação do Campo de Tubarão Martelo:

Em R\$ mil, exceto quando indicado diferente

| TUBARÃO MARTELO | | R\$ ('000) |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Descrição | 2017 | 2016 |
| Dias de operação | 102 | 68 |
| Produção vendida | 779.239 | 651.541 |
| Preço unitário - R\$/bbls | 142,79 | 82,31 |
| Receita líquida | 111.265 | 53.631 |
| Royalties | (11.344) | (5.898) |
| Leasing | (81.533) | (78.146) |
| Serviços (O&M) | (20.502) | (13.226) |
| Logística | (26.314) | (18.791) |
| Outros | (3.698) | (3.686) |
| Custo do produto vendido | (143.391) | (119.747) |
| EBITDA | (32.126) | (66.116) |
| % EBITDA / Receita Bruta | -28,87% | -123,28% |
| EBITDA / bbls - Em R\$ | (41,23) | (101,48) |

Conforme o fato relevante divulgado no dia 10 de janeiro de 2017 e o *Term Sheet* assinado junto aos credores envolvidos, entre eles a OSX-3 Leasing B.V., dona da plataforma FPSO OSX-3 que opera no Campo de Tubarão Martelo, todos os passivos não pagos referentes ao afretamento da plataforma serão quitados mediante a conversão dos créditos em ações da OGX P&G, podendo incluir, a contratação do afretamento futuro até a devolução do FPSO OSX-3.

Segundo o Acordo, a OGX manterá o direito de utilizar a plataforma FPSO OSX-3, porém quando solicitada, a Companhia deverá tomar todas as medidas necessárias para concluir o processo de devolução em até 240 dias contados da solicitação, sendo válido o mesmo prazo no caso da OGX P&G decidir rescindir o contrato de afretamento.

Adicionalmente, foi definido no Acordo que os custos de abandono do Campo de Tubarão Martelo e devolução da FPSO OSX-3 será provisionado em uma conta *escrow* por meio de depósitos de: (i) 10% de toda receita mensal proveniente do Campo Tubarão Martelo, após o pagamento dos *royalties*; (ii) 1/3 da receita mensal que exceder US\$ 8 milhões, após o pagamento dos *royalties* e do depósito dos 10% da receita proveniente do campo de Tubarão Martelo; (iii) 10% da receita bruta proporcional atribuível para a OGX da venda de petróleo produzido pelo Bloco BS-4, após o pagamento de *royalties*.

4. Ativo Exploratório

4.1 Margem Equatorial

No exercício anterior, a OGX foi notificada pela Exxon, operadora do Consórcio do Bloco Exploratório POT-762, requerendo o pagamento de R\$ 53,7 milhões, correspondentes ao percentual de não cumprimento do Programa Exploratório Mínimo (“PEM”), acordado no Contrato de Concessão do Bloco durante o primeiro semestre de 2013. A OGX solicitou a habilitação retardatária do crédito perante o Juízo em que tramita o processo de Recuperação

Judicial, considerando que o valor cobrado pela Exxon decorre de uma obrigação assumida antes da impetração da Recuperação Judicial da OGX.

5. Outros Ativos

5.1 Campo de Tubarão Azul

Considerando que não se encontrou alternativa viável para retomada das atividades no Campo de Tubarão Azul, transcorrido o período de um ano de suspensão da produção em 2016, a OGX P&G, na condição de operadora, iniciará o processo de desativação e abandono do referido campo em conformidade com as normas da ANP e órgãos reguladores de meio ambiente. As Companhias estão em fase de preparo e negociação da contratação de prestadores de serviços que participarão do referido processo.

6. Desempenho Financeiro

As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em bases consolidadas, de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e em Reais, exceto quando indicado o contrário. Recomenda-se a leitura dessas informações juntamente com as demonstrações financeiras da OGX Petróleo e Gás S.A., coligada na qual a Companhia mantém 25,89% de participação.

| | R\$ ('000) | | |
|--|-----------------|-----------------|----------------|
| Demonstração dos Resultados | 3M2017 | 3M2016 | Δ \$ |
| Despesas administrativas e gerais | (874) | (1.244) | 370 |
| EBITDA | (874) | (1.244) | 370 |
| Ganho efeito da variação de participação em coligada | - | 18.228 | (18.228) |
| Realização de ajustes acumulados de conversão | - | (14.031) | 14.031 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (14.245) | (16.987) | 2.742 |
| EBIT | (15.119) | (14.034) | (1.085) |
| Resultado financeiro líquido | (211) | 3.351 | (3.562) |
| EBT | (15.330) | (10.683) | (4.647) |
| Imposto de renda | - | - | - |
| Provisão para não recuperação IRPJ/CSLL | - | - | - |
| Prejuízo líquido | (15.330) | (10.683) | (4.647) |

No resultado acumulado da OGPar no período findo em 31 de março de 2017 destacamos:

a) Resultado de equivalência patrimonial:

| | R\$ mil |
|---|------------------------|
| - Resultado da OGX P&G em 31 de março de 2017 | (55.000) |
| - Percentual de participação da OGPar na OGX P&G | 25,89% |
| <u>Equivalência patrimonial sobre o resultado da OGX P&G:</u> | <u>(14.240)</u> |
| <u>Equivalência patrimonial sobre outras sociedades:</u> | <u>(5)</u> |
| Total | <u>(14.245)</u> |

7. Declaração das Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes (KPMG Auditores Independentes), emitido, em 08 de maio de 2017 e com as informações trimestrais relativas ao período findo em 31 de março de 2017.

8. Aderência à câmara de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração se obrigam a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da Bovespa, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e acionistas da
Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e com a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Plano de Recuperação judicial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que descreve que em 30 de outubro de 2013, a Óleo e Gás Participações S.A., ajuizou, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial em conjunto com suas controladas, o qual foi deferido em 21 de novembro de 2013. Em 3 de junho de 2014, em assembleia geral, os planos foram aprovados pelos credores, os quais foram homologados pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 13 de junho de 2014. Em abril de 2015, a Companhia celebrou seu primeiro contrato de *stand still* ("Instrumento Particular de Compromisso de Não Fazer") com os credores detentores das debêntures conversíveis (DIP) e dos créditos de *incremental facility* previstos do plano original, onde esses se abstiveram de votar ou tomar qualquer medida para cobrar valores ou executar garantias do DIP ou do *incremental facility* pelo prazo do contrato, que foi na ocasião estendido até 30 de outubro de 2015. As Assembleias Gerais de Debenturistas subsequentes a essa data, sendo a última ocorrida no dia 2 de maio de 2017, têm postergado a deliberação sobre a referida matéria. As medidas para a preservação das garantias, e outras condições precedentes para a conversão dessas dívidas em ações, estão descritas na mesma nota explicativa. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia incorreu em um prejuízo de R\$ 15.330 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2017 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 83.296 mil. Essas condições, juntamente com o fato de que a Companhia e determinadas investidas estão em processo de recuperação judicial, conforme descrito na mesma nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Adicionalmente, como parte do plano de recuperação judicial, a Administração está empenhada na efetivação do processo que envolverá a incorporação da Companhia pela sua coligada OGX Petróleo e Gás, S.A. - Em recuperação judicial, dentro do período compreendido pelo plano de recuperação Judicial. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Anderson C. V. Dutra
Contador CRC RJ-093231/O-6

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro 2016

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/03/2017 | 31/12/2016 |
|--|------|------------------|------------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 376 | 65 |
| Outros créditos e despesas antecipadas | 6 | 562 | 518 |
| Total do ativo circulante | | 938 | 583 |
| Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar | 8 | 10.011 | 9.960 |
| Créditos com partes relacionadas | 9 | 633 | 633 |
| | | 10.644 | 10.593 |
| Investimentos | 7 | - | 129 |
| Total do ativo não circulante | | 10.644 | 10.722 |
| Total do ativo | | 11.582 | 11.305 |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 10 | 1.367 | 1.236 |
| Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher | 8 | 3 | 13 |
| Salários e encargos trabalhistas | | 82 | 82 |
| Empréstimos com partes relacionadas | 9 | 82.631 | 81.261 |
| Outras contas a pagar | | 151 | 274 |
| Total do passivo circulante | | 84.234 | 82.866 |
| Não circulante | | | |
| Provisão para perda de investimentos | 7 | 359.571 | 349.820 |
| Total do passivo não circulante | | 359.571 | 349.820 |
| Patrimônio líquido (passivo a descoberto) | | | |
| Capital social | 11 | 8.821.155 | 8.821.155 |
| Reservas de capital | | 30.362 | 30.362 |
| Ajustes acumulados de conversão | 11 | (50.716) | (55.204) |
| Prejuízos acumulados | | (9.233.024) | (9.217.694) |
| Total patrimônio líquido (passivo a descoberto) | | (432.223) | (421.381) |
| Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) | | 11.582 | 11.305 |

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações dos resultados

Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

| | Nota | 31/03/2017 | 31/03/2016 |
|--|------|------------------------|------------------------|
| Receitas / (despesas) operacionais | | | |
| Despesas administrativas e gerais | 12 | (874) | (1.244) |
| Ganho efeito da alteração de participação em coligada | 7 | - | 18.228 |
| Realização de ajustes acumulados de conversão | | - | (14.031) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 | <u>(14.245)</u> | <u>(16.987)</u> |
| Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos | | (15.119) | (14.034) |
| Resultado financeiro | | | |
| Receitas financeiras | 13 | 167 | 403 |
| Despesas financeiras | 13 | (1.631) | (1.634) |
| Variação cambial líquida | 13 | <u>1.253</u> | <u>4.582</u> |
| | | (211) | 3.351 |
| Prejuízo antes dos tributos | | (15.330) | (10.683) |
| Imposto de renda e contribuição social | 8 | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Prejuízo do período | | <u>(15.330)</u> | <u>(10.683)</u> |
| Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$) | 17 | <u>(0,47373)</u> | <u>(0,33013)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

| | 31/03/2017 | 31/03/2016 |
|---|------------------------|----------------------|
| Prejuízo do período | (15.330) | (10.683) |
| Ajustes de conversão de moeda estrangeira | <u>4.488</u> | <u>66.036</u> |
| Total do resultado abrangente | <u>(10.842)</u> | <u>55.353</u> |

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Períodos findos em 31 março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

| | Nota | Capital social | Reserva de capital | Ajustes acumulados de conversão | (Prejuízos) acumulados | Total |
|---|------|------------------|--------------------|---------------------------------|------------------------|------------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2016 | | <u>8.821.155</u> | <u>-</u> | <u>(154.466)</u> | <u>(9.038.635)</u> | <u>(371.946)</u> |
| Equivalência patrimonial reflexa ágio na emissão de ações | 7 | - | 30.362 | - | - | 30.362 |
| Ajustes acumulados de conversão | | - | - | 66.036 | - | 66.036 |
| Prejuízo líquido do período | | - | - | - | (10.683) | (10.683) |
| Saldos em 31 de março de 2016 | | <u>8.821.155</u> | <u>30.362</u> | <u>(88.430)</u> | <u>(9.049.318)</u> | <u>(286.231)</u> |
| Ajustes de conversão de moeda estrangeira | | - | - | 33.226 | - | 33.226 |
| Prejuízo líquido do período | | - | - | - | (168.376) | (168.376) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | | <u>8.821.155</u> | <u>30.362</u> | <u>(55.204)</u> | <u>(9.217.694)</u> | <u>(421.381)</u> |
| Ajustes de conversão de moeda estrangeira | 7 | - | - | 4.488 | - | 4.488 |
| Prejuízo líquido do período | | - | - | - | (15.330) | (15.330) |
| Saldos em 31 de março de 2017 | | <u>8.821.155</u> | <u>30.362</u> | <u>(50.716)</u> | <u>(9.233.024)</u> | <u>(432.223)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/03/2017 | 31/03/2016 |
|---|------|--------------|-----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais: | | | |
| Prejuízo do período | | (15.330) | (10.683) |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais: | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 | 14.245 | 16.987 |
| Ganho efeito da alteração de participação em coligada | 7 | - | (18.228) |
| Realização de ajustes acumulados de conversão | | - | 14.031 |
| Variação cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos | 9 | (1.254) | (4.671) |
| Juros/encargos sobre financiamento passivo provisionados | 9 | 1.388 | 1.370 |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações | | (951) | (1.194) |
| Variação nos ativos e passivos | | | |
| Outros créditos e partes relacionadas | | (44) | 87 |
| Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar | 8 | (51) | 12.149 |
| Fornecedores | 10 | 131 | (334) |
| Salários e encargos trabalhistas | | - | (11) |
| Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher | 8 | (10) | 2 |
| | | 26 | 11.893 |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | | (925) | 10.699 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos: | | | |
| Captações de empréstimos e financiamentos | 9 | 1.236 | 1.323 |
| Amortização de principal | 9 | - | (12.000) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos | | 1.236 | (10.677) |
| Variação no caixa e equivalentes de caixa | | 311 | 22 |
| Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | | 65 | 59 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | | 376 | 81 |
| Variação no caixa e equivalentes de caixa | | 311 | 22 |

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/03/2017 | 31/03/2016 |
|---|------|-----------------|-----------------|
| Insumos adquiridos de terceiros | | | |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | | <u>(598)</u> | <u>(976)</u> |
| Valor adicionado bruto | | <u>(598)</u> | <u>(976)</u> |
| Valor adicionado líquido produzido pela Companhia | | <u>(598)</u> | <u>(976)</u> |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 | (14.245) | (16.987) |
| Ganho efeito da alteração de participação em coligada | 7 | - | 18.228 |
| Realização do ajuste acumulado de conversão | | - | (14.031) |
| Receitas financeiras e variação cambial líquida | 13 | <u>1.420</u> | <u>4.985</u> |
| | | <u>(12.825)</u> | <u>(7.805)</u> |
| Valor adicionado total a distribuir | | <u>(13.423)</u> | <u>(8.781)</u> |
| Distribuição do valor adicionado | | | |
| Empregados | | 216 | 199 |
| Tributos | | | |
| Impostos, taxas e contribuições | | 60 | 69 |
| Despesas financeiras | 13 | <u>1.631</u> | <u>1.634</u> |
| Remuneração de capitais próprios | | | |
| Prejuízo líquido do período | | <u>(15.330)</u> | <u>(10.683)</u> |
| Valor adicionado total distribuído | | <u>(13.423)</u> | <u>(8.781)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado em contrário)

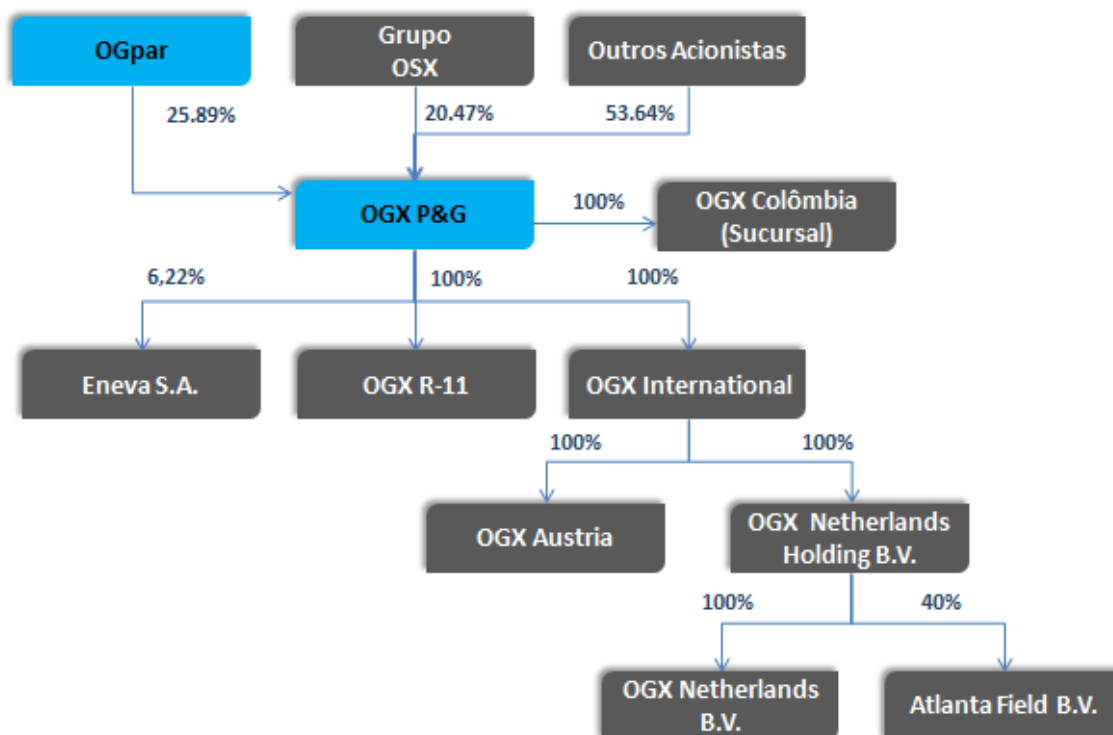
1 Contexto operacional

1.1 Estrutura societária

A Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial (“OGPar” ou “Companhia”) foi constituída em 10 de abril de 2006, sob a razão social Centennial Asset Participação Corumbá S.A. Após a cisão do acervo líquido associado a outros negócios que não petróleo e gás, a razão social foi alterada, em 3 de setembro de 2007 para OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e posteriormente, em 06 de dezembro de 2013 para a denominação atual. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, que atuam no segmento de petróleo e gás, nacionais ou estrangeiras, constituídas sob qualquer tipo societário.

Em 30 de setembro de 2014, como forma de otimizar os custos operacionais do Grupo OGPar, as participações que a Óleo e Gás Participações S.A. possuía na OGX International e na OGX R-11 foram transferidas para a OGX P&G. Ainda, em 30 de setembro de 2014 todas as condições precedentes necessárias a extinção das dívidas concursais e extraconcursais da OGX P&G através da emissão de instrumentos de patrimônio já haviam sido cumpridas, de forma que a conversão já era mandatória nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. A conversão e consequente diluição da participação da OGPar para 28,57% foi formalizada em 16 de outubro de 2014. Em 30 de março de 2016, o Conselho de Administração da coligada OGX P&G deliberou sobre o aumento do capital social, mediante capitalização de crédito, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da OGX P&G. O aumento de capital foi efetivado mediante emissão privada de 12.531.821 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 9,38 por ação, sendo R\$ 0,01 por ação, alocado à conta de capital social em vista do patrimônio líquido negativo da Companhia e o restante de R\$ 9,37 por ação alocados à reserva de capital. Embora o trâmite processual para emissão das ações ainda esteja em curso, a Companhia entendeu que a conversão dos instrumentos patrimoniais era devida no primeiro trimestre de 2016. Como consequência da última emissão de ações acima, a OGpar teve novamente sua participação na OGX P&G diluída de 28,57% para 25,89%. Para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 4 item (i).

Diante ao exposto, em 31 de março de 2017 a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial (“OGX P&G”): Constituída, sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade em 27 de junho de 2007. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social, mediante autorização ou concessão da União, a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo e gás natural e de outros hidrocarbonetos, bem como quaisquer outras atividades correlatas. A OGX P&G poderá, ainda, diretamente ou através de subsidiárias, exercer as atividades integrantes de seu objeto social no País ou fora do território nacional e participar do capital de outras sociedades. Em 2 de julho de 2012 foi convertida em sociedade anônima e por conta da mudança do tipo societário a referência a essa companhia foi alterada de “OGX Ltda.” para “OGX P&G”.

Sucursal Colômbia (“OGX Colômbia”): Sucursal da OGX P&G, constituída em 26 de outubro de 2010 para gerir as operações dos blocos exploratórios adquiridos no país.

OGX R-11 Petróleo e Gás S.A. (“OGX R-11”): Constituída em 4 de outubro de 2013, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem o mesmo objeto social da OGX P&G.

OGX International GmbH - Em recuperação judicial (“OGX International”): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social a participação em outras empresas e em qualquer tipo de negócio.

OGX Austria GmbH - Em recuperação judicial (“OGX Austria”): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social todas as atividades relacionadas ao comércio de petróleo, gás natural e todos os demais hidrocarbonetos, incluindo importação, exportação, processamento, transporte e armazenagem. Pode, também, adquirir, manter e alienar participações em outras empresas e celebrar contratos de locação.

OGX Netherlands Holding B.V. (“OGX Netherlands Holding”): Constituída em 23 de julho de 2012, com sede em The Hague, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, participar no capital de outras sociedades e prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades holandesas.

OGX Netherlands B.V. (“OGX Netherlands”): Constituída em 19 de março de 2010, com sede em The Hague, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento, para a OGX P&G, de equipamentos a serem utilizados na indústria de petróleo e gás.

Atlanta Field B.V. (“Atlanta Field”): Constituída em 02 de novembro de 2012, com sede em Rotterdam, na Holanda. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento de equipamentos a serem utilizados na exploração e produção de petróleo e gás pelo Consórcio formado por OGX P&G, Queiroz Galvão E&P e Barra Energia, para atuação nos campos de Atlanta e Oliva.

Eneva S.A. (“Eneva”): Foi constituída em 25 de abril de 2001 sob a denominação de MPX Mineração e Energia Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2013, foi aprovada a alteração da denominação social da mesma, passando a ser denominada de Eneva S.A. Seu plano de negócios prevê como atividade principal a geração de energia elétrica através do desenvolvimento de matrizes energéticas diversificadas, como carvão mineral, gás natural e fontes renováveis. A fim de integrar suas operações a Eneva também é acionista de concessionárias de projetos de produção e exploração de gás natural na bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão, que fornece gás para as usinas termelétricas que foram construídas pela empresa no mesmo local. A OGX P&G possui um compromisso de não negociar as ações emitidas pela Eneva integralizadas pela OGX P&G com as Ações PGN pelo prazo máximo de 18 (dezoito) meses. A Administração da OGX P&G entende que o compromisso assumido não descaracteriza a classificação do título como para negociação, pois continua com a intenção de obter retorno financeiro na venda destas ações e na flutuação de seu preço no período. Consequentemente, a OGX P&G classifica a participação na Eneva como um ativo financeiro mensurado pelo valor justo através do resultado. Tais ativos estão classificados como títulos e valores mobiliários no ativo realizável a longo prazo no balanço da OGX P&G.

1.2 Portfólio da investida OGX P&G

Campos em desenvolvimento e em produção

Em 31 de março de 2017 a coligada OGX P&G possuía participação nos seguintes campos:

| Nº | País | Bacia | Bloco | Campo | Operador | % OGX P&G | Período contratual |
|----|--------|--------|-------------|-----------------|--------------------|-----------|-------------------------------|
| 1 | Brasil | Campos | BMC 41 | Tubarão Azul | OGX P&G | 100% | 09/05/2012 a 09/05/2039 (i) |
| 2 | Brasil | Campos | BMC 39 e 40 | Tubarão Martelo | OGX P&G | 100% | 19/04/2012 a 19/04/2039 (ii) |
| 3 | Brasil | Santos | BS-4 | Atlanta | Queiroz Galvão E&P | 40% | 27/12/2006 a 27/12/2033 (iii) |
| 4 | Brasil | Santos | BS-4 | Oliva | Queiroz Galvão E&P | 40% | 27/12/2006 a 27/12/2033 (iii) |

- (i) Em processo de abandono definitivo. Conforme fato relevante no dia 22 de janeiro de 2016 foi concluída a desmobilização do navio de produção FPSO OSX-1 que operava no campo.
- (ii) O Campo de TBMT encontra-se atualmente em produção.
- (iii) Os Campos Atlanta e Oliva encontram-se atualmente em desenvolvimento.

1.3 Recuperação Judicial

(i) Processo de recuperação judicial do Grupo OGX

Em 30 de outubro de 2013 a Óleo e Gás Participações S.A. - Em Recuperação Judicial (“OGPar”), em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, dos prejuízos já acumulados, bem como do vencimento recente e vindouro de grande parte de seu endividamento, ajuizou, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação” - Processo nº 0377620-56.2013.8.19.0001), em conjunto com suas controladas, OGX Petróleo e Gás S.A. - Em Recuperação Judicial (OGX P&G), OGX International GmbH - Em Recuperação Judicial e OGX Austria GmbH - Em Recuperação Judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05 (“LFR”), em medida de urgência, mediante deliberação de seu Conselho de Administração em 30 de outubro de 2013 (“Recuperação Judicial”).

A administração da OGPar e suas coligadas até aquele momento entendeu que, diante dos desafios decorrentes de sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para a preservação da continuidade de seu negócio e proteção dos interesses da OGPar e de seus *stakeholders*.

Em 21 de novembro de 2013, o Juízo da Recuperação proferiu decisão (i) deferindo o processamento da Recuperação Judicial em relação às empresas OGPar e OGX P&G, bem como (ii) indeferindo o processamento da Recuperação Judicial em relação à OGX International e OGX Austria, por entender que não teria jurisdição sobre as referidas companhias. Contra a referida decisão foi interposto o Agravo de Instrumento nº 0064658-77.2013.8.19.0000, ao qual foi dado provimento em 19 de fevereiro de 2014, por decisão unânime. Em 23 de julho de 2014, foi negado provimento aos embargos de declaração opostos pelo Ministério Público contra o referido acórdão. O recurso especial interposto pelo Ministério Público contra esse acórdão foi inadmitido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por decisão publicada em 02 de julho de 2015.

Em 14 de fevereiro de 2014, as companhias apresentaram, individualmente, seus respectivos planos de recuperação judicial (“Plano”) com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de viabilidade econômica; e laudos econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos das companhias. As companhias apresentaram, ainda, a relação dos credores que estão sendo pagos nos termos e condições indicados no Plano. O edital contendo a relação de credores foi publicado em 06 de março de 2014 e os interessados apresentaram ao administrador judicial (“Deloitte”) suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados. O Plano foi aprovado por aproximadamente 90% dos credores das companhias nas assembleias gerais realizadas em 3 de junho de 2014, sendo homologado pelo Juízo da Recuperação, conforme decisão publicada no Diário Oficial de Justiça em 26 de junho de 2014 (“Decisão Homologatória”).

(ii) Plano de recuperação do Grupo OGX

Em resumo, o Plano prevê os seguintes meios de recuperação: (i) a obtenção de novos financiamentos; (ii) a alienação de ativos; (iii) o redimensionamento das operações; (iv) o pagamento em dinheiro de parte das dívidas; (v) conversão de parte das dívidas em capital social da OGX P&G; e (vi) reorganização societária do Grupo OGX.

O Grupo OGX obteve a captação dos seguintes financiamentos na forma dos artigos 66 e 67 da LFR, em ordem cronológica:

(i) Empréstimos Ponte

Empréstimos de curtíssimo prazo contraídos pela OGPar nos valores de US\$ 15 milhões e US\$ 50 milhões, utilizados para recomposição do capital de giro da OGX e quitação de obrigações junto ao Consórcio BS-4;

(ii) Financiamento DIP

Concedido por credores e alguns novos financiadores, mediante a subscrição de debêntures conversíveis, no montante total de aproximadamente US\$ 215 milhões, as quais serão convertidas em capital, na hipótese de preenchimento ou liberação de determinadas condições precedentes, fazendo com que esses credores e novos financiadores se tornem acionistas da OGX P&G (“Financiamento DIP”); e

(iii) Empréstimo Adicional

No valor de aproximadamente US\$ 73 milhões, cuja principal destinação foi viabilizar a quitação de *cash calls* em aberto junto ao Consórcio BS-4, tendo em vista da importância deste ativo para a OGX P&G.

a. Detalhamento do Financiamento DIP

- **Forma:** A OGX P&G emitiu debêntures conversíveis no valor total de US\$ 215 milhões (“Debêntures”). As Debêntures foram emitidas em 3 séries, a saber:

- (i) **Debêntures 1ª Série:** emitidas, subscritas e integralizadas pelo valor total de aproximadamente US\$ 125 milhões;
- (ii) **Debêntures 2ª Série:** emitidas, subscritas e integralizadas pelo valor total de aproximadamente US\$ 82,5 milhões;

- (iii) **Debêntures 3ª Série:** emitidas, subscritas e integralizadas pelo valor de aproximadamente US\$ 7,5 milhões.
- **Destinação:** Os recursos obtidos por meio do Financiamento DIP foram destinados ao pagamento de obrigações extraconcursais, financiamento de determinados investimentos em capital e despesas operacionais para manutenção das atividades da OGX P&G, bem como para o pagamento de despesas relacionadas ao processo de Recuperação Judicial.
 - **Garantias:**
 - Alienação fiduciária sobre o petróleo e gás de titularidade da OGX P&G em qualquer dos seguintes campos de produção, respeitadas as participações da OGX P&G em cada um desses campos de produção: (a) Bloco BS-4; (b) Tubarão Martelo e Tubarão Azul;
 - Cessão fiduciária de todos os direitos creditórios oriundos da comercialização de petróleo e gás de titularidade da OGX;
 - Cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela OGX P&G contra a União fundados no direito de reembolso pelo recolhimento a maior de Imposto de Renda Pessoa Jurídica;
 - Penhor sobre os direitos emergentes da participação da OGX P&G nos contratos relacionados à concessão sobre BS-4;
 - Cessão fiduciária de, entre outros, (a) direitos de crédito detidos pela OGX contra a Cambuhy decorrentes do Contrato de Compra e Venda, das ações da Parnaíba Gás Natural, (b) das contas vinculadas nas quais serão depositados os recursos decorrentes dos direitos creditórios acima mencionados;
 - Cessão fiduciária de direitos de crédito detidos pela OGX P&G e pela OGPar oriundos de: (a) contratos de seguro; (b) litígios judiciais e extrajudiciais (inclusive na hipótese de início de litígio contra Brasil E&P Ltda.); (c) contratos e outros instrumentos; (d) quaisquer outros direitos de crédito que não sejam objeto de outra garantia específica;
 - Alienação fiduciária sobre ativos de titularidade de Parnaíba B.V.;
 - Alienação fiduciária das 100 (cem) ações ordinárias de emissão da OGPar de titularidade de Eike Batista, nos termos do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças”;
 - Alienação fiduciária da totalidade de ações e/ou quotas de emissão da OGX que sejam da OGPar e de Eike Batista;
 - Penhor dos direitos de concessão dos blocos de exploração BM-C-39 e BM-C-40, incluindo Tubarão Martelo;
 - Penhor de recebíveis, direitos de venda e outros direitos relacionados a contrato de exportação da OGX P&G e dos Garantidores;

- **Conversão em capital:** As Debêntures serão convertidas automaticamente em ações, após o cumprimento ou dispensa expressa das condições precedentes indicadas na respectiva escritura de emissão de debêntures e no contrato de subscrição (“Aumento de Capital Mediante Conversão das Debêntures”). A esse respeito, fazemos referência ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 10 de janeiro de 2017.
- b. Reestruturação das dívidas concursais e extraconcursais que expressamente aderirem ao Plano**

Forma

Os Planos de Recuperação Judicial previram a reestruturação das dívidas concursais e extraconcursais aderentes através da conversão dos créditos em capital da OGX P&G em sua quase totalidade (“Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos”).

Os credores quirografários da OGPar serão pagos em 48 parcelas fixas, iguais e mensais, com o primeiro pagamento ocorrendo no dia 30 de janeiro de 2015, e os demais pagamentos no dia 30 de cada mês, até 30 de dezembro de 2018. Os credores fornecedores da OGX P&G optaram ou não pelo recebimento de uma quantia em dinheiro correspondente a até R\$ 30 mil, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo que o referido valor foi pago em 3 parcelas fixas e mensais, com pagamentos no dia 30 de janeiro de 2015, 28 de fevereiro de 2015 e 30 de março de 2015. Eventual saldo do crédito foi convertido em capital social da OGX P&G.

Por fim, os credores financeiros da OGPar e da OGX P&G, incluindo, mas não se limitando, aos créditos concursais detidos pelos Bondholders relativos aos Bonds 2018 e aos Bonds 2022, bem como os créditos detidos pelo Grupo OSX, foram integralmente pagos mediante conversão dos créditos em capital da OGX P&G, desde que preenchidas determinadas condições precedentes, elencadas nos Planos.

Essa conversão dos créditos concursais e extraconcursais aderentes ocorreu em 16 de outubro de 2014. Vide item F - Status da implementação dos meios de recuperação a seguir.

Até o presente momento, o Grupo OGX não possui qualquer credor trabalhista sujeito à recuperação judicial. Na hipótese de serem reconhecidos créditos trabalhistas, por decisão judicial ou acordo entre as partes, os referidos créditos trabalhistas serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas.

Os créditos detidos por partes relacionadas controladas direta ou indiretamente pela OGPar são novados pelo Plano e serão pagos em parcela única de principal devida e exigível em 20 (vinte) anos contados da data de aprovação do Plano, ou em 30 de julho de 2034, o que ocorrer por último. Adicionalmente, a OGX Áustria reconhece ser devedora da OGX P&G por força da subrogação operada em favor da OGX P&G em decorrência da entrega de ações em pagamento dos créditos concursais dos Bondholders, conforme implementação do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Crédito.

Valor do aumento de capital, preço unitário das ações e direito de preferência

O valor do aumento de capital corresponde ao valor da totalidade dos créditos concursais indicado na lista de credores, acrescido da totalidade dos créditos extraconcursais que aderirem ao Plano. Na hipótese de majoração na quantidade de créditos decorrente de decisão judicial transitada em julgado, a OGX P&G deverá emitir tantas ações ordinárias quanto necessário para permitir a capitalização dos novos créditos. O Aumento de Capital Mediante a Capitalização de Créditos ocorreu de forma privada, conferindo, portanto, aos acionistas da OGX direito de preferência. Os acionistas da OGX P&G renunciaram a esse direito, permitindo que a totalidade dos créditos fosse capitalizada em ações.

c. Reestruturação Societária (Incorporação e OGX Reestruturada)

Após a realização e implementação (i) do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Crédito; e (ii) do Aumento de Capital Mediante Conversão das Debêntures, as administrações da OGPar e da OGX P&G e deverão adotar os atos necessários para a incorporação da OGPar pela OGX (“Incorporação”), inclusive o de propor aos respectivos acionistas a Incorporação. Para tanto, as ações da OGX deverão passar a ser negociadas no segmento de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“OGX Reestruturada”).

O objetivo da incorporação, após realizadas as operações de capitalização previstas no Plano, é nivelar todos os *stakeholders* em uma mesma companhia e conferir a todos os então acionistas acesso ao mercado de capitais, com a possibilidade de negociarem suas ações e monetizá-las conforme entenderem adequado, bem como participar de eventual valorização do ativo, se for o caso.

Bônus de subscrição

Como vantagem adicional à subscrição das novas ações da OGX P&G a serem emitidas, caso as condições para a incorporação ocorram, os acionistas da OGPar, receberão bônus de subscrição da OGX Reestruturada com as seguintes condições: (i) prazo de exercício de 5 anos; (ii) um número de ações ordinárias a serem subscritas que representem 15% do capital social total da OGX Reestruturada, considerando um preço de emissão baseado no valor de avaliação da Companhia Reestruturada de US\$ 1,5 bilhão.

d. Condições resolutivas do Plano

São condições resolutivas que podem acarretar o cancelamento da aprovação do Plano e imediata convocação de nova assembleia de credores para deliberar a respeito de uma alternativa ao Plano ou a falência da OGPar: (i) a constatação, até que ocorra o Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos, de qualquer falsidade ou incorreção quanto a qualquer declaração ou garantia prestada pela OGPar no Plano; (ii) o descumprimento pelos acionistas diretos e indiretos da OGPar de qualquer obrigação assumida no Plano ou a prática de qualquer ato ou medida incompatível com as disposições do Plano; (iii) a não verificação das condições precedentes para a ocorrência do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos em até 120 dias contados da homologação do Plano ou até 30 de setembro de 2014, o que ocorrer primeiro (condição esta dispensada em assembleia geral de credores realizada em 29 de setembro de 2014); (iv) a não realização de assembleia geral extraordinária e demais atos de implementação do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos em até 140 dias da homologação do Plano ou até 20 de outubro de 2014, o que acontecer primeiro; (v) a não adesão ao Plano dos credores extraconcursais que sejam partes relacionadas, em especial as empresas do Grupo OSX; e/ou (vi) a não aprovação do Plano pela assembleia geral de credores, nos termos da Lei de Falências.

e. Recursos pendentes de julgamento

Não obstante tenha sido interposto recurso especial contra a decisão que admitiu o processamento da Recuperação Judicial em relação à OGX Internacional e OGX Austria, a Administração da Companhia, apoiada por seus consultores jurídicos externos, acredita que o resultado de referido recurso não afetará de forma material a implementação dos meios de recuperação previstos no Plano. Além disso, contra a Decisão Homologatória foram interpostos os Agravos de Instrumento n^{os} 0032962-86.2014.8.19.0000, 0033122-14.2014.8.19.0000, 0033135-13.2014.8.19.0000 e 0039682-69.2014.8.19.0000. Em 3 de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro julgou parcialmente procedente os Agravos de Instrumento interpostos contra a Decisão Homologatória única e exclusivamente para (i) declarar nula a cláusula no Plano que dispõe sobre a irresponsabilidade do comissário por eventual prejuízo decorrente da venda de ações, a ele outorgada pelos credores concursais e/ou credores extraconcursais, (ii) estender a ineficácia da cláusula que versa sobre o Contrato de Opção de Compra (*Put Option*) também aos credores que se abstiveram de votar ou que não compareceram às assembleias gerais de credores que deliberaram sobre os Planos. Esses quatro recursos ainda se encontram sob a apreciação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em razão de terem sido interpostos recursos especiais pelos respectivos recorrentes, os quais foram inadmitidos pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estando atualmente em curso o prazo para que os interessados apresentem novos recursos contra as decisões de inadmissão, para acesso ao Superior Tribunal de Justiça, e respondam aos recursos dos demais. A Administração da Companhia, novamente apoiada por seus consultores jurídicos externos, acredita que os resultados destes recursos não afetarão de forma material a implementação dos meios de recuperação previstos no Plano.

f. Status da implementação dos meios de recuperação

Em 18 de setembro de 2014, foi concedido o Registro de Emissor - Categoria A à OGX P&G pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Em 16 de outubro de 2014, foi aprovado, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da OGX P&G, o Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos, no valor total de R\$ 862.559,86 (oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos), com o valor de R\$ 13.800.108.189,66 (treze bilhões, oitocentos milhões, cento e oito mil, cento e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos) atribuído à reserva de capital, perfazendo uma capitalização total de R\$ 13.800.970.749,52 (treze bilhões, oitocentos milhões, novecentos e setenta mil, setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), tendo sido emitidas 86.255.986 (oitenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta e seis) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da OGX P&G, ao preço por ação de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), as quais foram distribuídas aos credores detentores dos Créditos, proporcionalmente ao valor de seus respectivos Créditos. A capitalização dos créditos concursais e extraconcursais foi implementada nessa mesma data. Não obstante, a AGE formalizando a extinção das dívidas através da emissão de instrumentos de patrimônio ter ocorrido em 16 de outubro de 2014, em 30 de setembro de 2014, todas as condições precedentes para a extinção das dívidas em questão já haviam sido cumpridas de forma que a conversão era mandatória nos termos dos planos de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologados pelo Juízo. Dessa forma, em 30 de setembro de 2014 a Companhia não tinha mais obrigação de liquidar os referidos passivos através da entrega de caixa ou outros ativos e por conta disso, no terceiro trimestre de 2014, eliminou essas dívidas de suas demonstrações financeiras em contrapartida de registros no capital, na reserva de capital e no resultado do exercício.

Em abril de 2015 a Companhia celebrou um Contrato de Suporte e Standstill com certos credores anuentes, que detém a maioria das debêntures conversíveis (DIP) e dos créditos decorrentes do *incremental facility* de US\$ 73 milhões. Esse contrato determina que, sujeito à satisfação das condições ali estabelecidas, durante o período de *standstill*, os credores anuentes se absterão de votar ou tomar qualquer medida para cobrar valores ou executar quaisquer garantias do DIP ou do *incremental facility*. O período de *standstill*, exceto se vencido antecipadamente, permanecerá em vigor até a conversão do DIP ou 15 de agosto de 2015, o que ocorrer primeiro. Em 14 de agosto de 2015, não havendo as condições estabelecidas para a conversão do DIP e/ou pagamento do *incremental facility*, por meio de Primeiro Aditamento ao Contrato de Suporte e Standstill, tal contrato foi prorrogado para o dia 30 de outubro de 2015. Tendo em vista que as condições e exigências não foram supridas até o dia 30 de outubro de 2015, foi convocada Assembleia Geral de Debenturistas para o dia 13 de novembro de 2015. A maioria dos debenturistas decidiu pela suspensão da referida Assembleia e reabertura para 25 de novembro de 2015, tendo em vista as negociações em curso acerca da venda das ações da Parnaíba Gás Natural detidas pela Companhia. No dia 02 de maio de 2017 a maioria dos debenturistas presentes na Assembleia Geral dos titulares das debêntures conversíveis em ações não manifestaram objeção à proposta de encerramento da referida Assembleia, sem deliberação acerca da prorrogação do prazo do "Instrumento Particular de Compromisso de Não Fazer", celebrado em 14 de maio de 2015, entre a OGX, a OGPar e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário. A execução das garantias não encontra-se sob controle da Companhia, mas sim com os titulares dessas debêntures e credores do *incremental facility*. Conforme a Companhia tem informado ao mercado, nos termos da Instrução CVM 358/2002, existem negociações em curso com determinados credores relevantes, dentre eles, credores do *incremental facility* e detentores de debêntures relacionadas ao DIP.

Destaca-se, ainda, que periodicamente a administração presta as informações requeridas pelo administrador judicial.

1.4 Situação financeira de curto prazo

Apesar do *business plan* da investida OGX P&G utilizar as melhores expectativas da administração, o mesmo está sujeito a incertezas diversas, com destaque para as financeiras (custos e despesas estimados, preço do petróleo previsto, taxa de câmbio, etc), as operacionais (eficiência dos equipamentos e equipe de produção), as regulatórias (ex. ANP, IBAMA, legislação tributária, etc), as negociais (sucesso na alienação de ativos e rolagem, conversão ou renegociação de dívidas) e as geológicas (volume e comportamento dos reservatórios). Diante dessas incertezas significativas a geração de resultados reflexa do desempenho da investida OGX P&G e a posição de caixa podem variar significativamente em relação ao projetado.

A readequação da estrutura financeira e patrimonial da Companhia depende do êxito do plano de recuperação judicial, bem como das ações da administração para gestão do fluxo de caixa operacional no curto prazo. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levar dúvida relevante quanto à continuidade operacional da Companhia. As informações trimestrais não incluem quaisquer ajustes em virtude das incertezas envolvidas.

As administrações da OGpar e OGX P&G obrigam-se a adotar os atos necessários para a incorporação da OGpar pela OGX (“Incorporação Reversa”), após realizadas as operações de capitalização previstas no Plano de Recuperação Judicial (Nota Explicativa 1.3). O objetivo da incorporação é nivelar todos os *stakeholders* em uma mesma companhia e conferir a todos os então acionistas, acesso ao mercado de capitais, com a possibilidade de negociarem suas ações e monetizá-las conforme entenderem adequado, bem como participar de eventual valorização do ativo, se for o caso.

1.5 Celebração de Acordo junto a credores

No dia 10 de janeiro de 2017 a Companhia e coligada OGX P&G informaram ao mercado por meio de Fato Relevante, que celebrou um *Term Sheet* indicativo que estabelece os principais termos comerciais de um acordo (“*Term Sheet*” e “Acordo”, respectivamente) entre elas e (i) OSX Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial, OSX Serviços Operacionais Ltda. - Em Recuperação Judicial e OSX Construção Naval S.A - Em Recuperação Judicial; (ii) OSX-3 Leasing BV (“OSX-3”); (iii) Nordic Trustee ASA, na qualidade de Bond Trustee (Agente Fiduciário) dos *bonds* OSX-3 Senior Secured Callable Bond 2012/2015 e cessionário dos direitos da OSX-3 (“OSX-3 Bond Trustee” e “OSX-3 Bonds”, respectivamente); (iv) certos detentores da 3ª emissão de debêntures garantidas da OGX, conversíveis em ações, com garantia fidejussória adicional, em três séries (conforme aditada ou alterada de tempos em tempos, o “DIP”); e (v) certos credores do Export Pre-Payment Agreement (Contrato de Pré Pagamento de Exportação) datado de 23 de junho de 2014 (“Credores IF” e “Incremental Facility”, respectivamente).

Os termos e condições do Acordo descritos na Proposta são consistentes com os termos e condições propostos pela Companhia e divulgados ao mercado no Fato Relevante de 28 de outubro de 2016, que consistem essencialmente na conversão de (i) todos e quaisquer valores em aberto do Incremental Facility; (ii) todos os passivos de afretamento não pagos (que pode incluir a contratação do afretamento para período futuro até a devolução do FPSO OSX-3 para a OSX3) (“Afretamento Não Pago”); e (iii) do DIP (antes ou imediatamente após a conversão do Incremental Facility e do Afretamento Não Pago em ações) em ações da OGX.

O capital social da investida OGX P&G, com a implementação total do Acordo, será distribuído conforme abaixo:

| | |
|-------------------|--------|
| OSX-3 | 32,50% |
| Credores IF | 15,58% |
| Credores DIP | 46,92% |
| OGpar | 1,29% |
| Acionistas atuais | 3,71% |

Ainda, como parte do Acordo, 33,33% das ações da Eneva detidas pela OGX P&G, representativas a 6,22% do capital total da Eneva, serão depositadas em uma conta *escrow* para garantir as obrigações das Companhias referentes ao futuro abandono do campo de Tubarão Martelo e devolução do FPSO OSX-3, nos termos do Acordo; 8,31% das ações da Eneva detidas pela OGX P&G serão transferidas aos Credores IF; e 25,02% das ações da Eneva detidas pela OGX P&G serão transferidas aos credores do DIP que optarem por participar do Acordo. Será oferecido a todos os credores do DIP a oportunidade de participar do Acordo.

O Acordo também inclui que, mediante solicitação futura do OSX-3 Bond Trustee ou da OSX-3, a OGX P&G tomará as medidas necessárias para a devolução do FPSO OSX-3 em 240 dias contados de tal solicitação. A OGX P&G terá ainda o direito de rescindir o contrato de afretamento e devolver o FPSO OSX-3 para OSX-3 mediante notificação escrita com 240 dias de antecedência. A partir da notificação de devolução, a OGX P&G deverá tomar as medidas necessárias para interromper a produção de petróleo no campo de Tubarão Martelo, inclusive implementando um Plano de Desconexão e uma Garantia de Desativação, os quais deverão ser em forma e conteúdo aceitáveis para a OSX-3, o OSX-3 Bond Trustee e a ANP, como condição precedente ao Acordo.

Foi também outorgada à OSX-3 a opção de compra dos direitos e participação da OGX P&G no campo de Tubarão Martelo, pelo maior preço entre (i) US\$1,00 ou (ii) o valor agregado dos investimentos (CAPEX) feitos pela OGX P&G exclusivamente para a desativação física do FPSO OSX-3 após a entrega da notificação de devolução. Tal opção será exercível até que o FPSO OSX-3 seja efetivamente devolvido e sua implementação está sujeita à aprovação da ANP. Mediante o exercício e consumação da opção, a OSX-3 será a única responsável por todos os honorários, custos e despesas posteriores relacionados ao FPSO OSX-3.

A OGX concordou ainda em depositar 10% de toda a sua receita proveniente do petróleo extraído do campo de Tubarão Martelo, após o pagamento dos *royalties*, em uma conta *escrow*, como garantia aos custos de abandono do campo de Tubarão Martelo e devolução do FPSO OSX-3 ("Conta *Escrow*"). Adicionalmente, a OGX também concordou em depositar 33,33% da receita mensal que exceder US\$ 8 milhões, após o pagamento dos *royalties* e do depósito dos 10% da receita proveniente do campo de Tubarão Martelo, para a Conta *Escrow* e mesma quantia para a OSX-3, como pagamento do afretamento devido pelo Contrato de Afretamento. Os 33,33% restantes da receita excedente ficarão com a OGX P&G para atender às suas despesas operacionais correntes.

O Acordo também estabelece que os recursos provenientes das ações da Eneva mantidas pela OGX P&G (33,33% das ações da Eneva detidas pelas Companhias) deverão ser destinados para atender os custos de operação do campo de BS-4. Ainda, 10% dos recursos provenientes da receita bruta proporcional atribuível para a OGX P&G da venda de petróleo produzido pelo campo de BS-4, após o pagamento de *royalties*, serão depositados na Conta *Escrow*.

Ainda, como parte do Acordo, todos os conflitos existentes entre as partes serão inicialmente suspensos e posteriormente encerrados, no fechamento da transação, com completa e recíproca quitação entre as partes.

A implementação do Acordo está sujeita à celebração da documentação definitiva e a diversas condições precedentes e aprovações usuais, incluindo a aprovação formal por credores financeiros das Companhias, bem como aprovações regulatórias.

O acordo em epígrafe não gerou quaisquer reflexos contábeis nessas Informações Trimestrais.

2 Apresentação das informações trimestrais

Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

A Companhia apresenta as informações trimestrais de acordo com o CPC 21 - (R1) Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e o IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, e normas estabelecidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais são apresentadas em milhares de Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações de acordo com as normas IFRS e com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- **Notas Explicativas nº 1** - Plano de recuperação judicial.
- **Nota Explicativa nº 7** - Investimento - Estimativas contábeis na coligada OGX P&G
- **Nota Explicativa nº 15** - Instrumentos financeiros - premissas de cálculo do *fair value*.

e. Informações trimestrais OGX P&G:

Dada a relevância da coligada OGX P&G nos resultados e posição patrimonial da OGpar, a administração da Companhia sugere a leitura conjunta das informações trimestrais das duas Companhias.

f. Aprovação das demonstrações financeiras

As informações trimestrais de 31 de março de 2017 foram apreciadas e sua divulgação foi autorizada pela Administração em 03 de maio de 2017.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas informações trimestrais.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Instrumentos financeiros

Tipos de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mantidos para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros

Classificação

Empréstimos e recebíveis

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para vendas: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de *hedge accounting*, que atualmente não é adotado.
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

A Companhia não possuía nenhum ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado ao final do período.

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Empréstimo com partes relacionadas.

Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são mensurados pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado. A Companhia não possuía nenhum ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado ao final do período.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio da data de cada transação. Nas datas de fechamento, ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio do fechamento e os ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos, nas datas de fechamento, com base nas taxas de câmbio das datas das transações e, portanto, não geram variações cambiais.

Nos casos de coligadas no exterior, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da Companhia, converte-se (*translation*), para fins de aplicação do método de equivalência patrimonial, seus ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento, o patrimônio líquido pela taxa histórica e o resultado pela taxa de câmbio média mensal. A diferença gerada pelas conversões a taxa distintas é reconhecida no patrimônio líquido, em “outros resultados abrangentes”, como ajustes acumulados de conversão (*CTA*) e reconhecida na demonstração do resultado quando esses investimentos são alienados, no todo ou parcialmente. As coligadas no exterior definiram como sua moeda funcional o Dólar Norte-Americano. As coligadas no país utilizam o Real como moeda funcional.

d. Investimentos

São registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. Empresas controladas em conjunto, e avaliadas como negócios em conjunto, também são registradas pelo método da equivalência patrimonial. No caso de investimentos em coligadas, ou controladas em conjunto, com patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), esses são apresentados no passivo não circulante. A Administração da Companhia entende não haver diferença entre a prática contábil adotada no Brasil e as IFRS uma vez que a Companhia atua como solidária a dívida de suas coligadas que possuem passivo a descoberto.

Perda de controle

Caso ocorra um aumento de capital em alguma das investidas diretas ou indiretas da OGPar e esse aumento não seja acompanhado por todos os acionistas de forma a manter-se os percentuais de participação no capital, o aumento gera um ganho ou uma perda contábil associado a variação da participação nas outras contas de patrimônio. Caso o aumento de capital gere perda de controle, esse ganho ou perda é reconhecido no resultado do período. Adicionalmente, a participação mantida é mensurada a valor justo. Nos períodos subsequentes volta-se a aplicar a equivalência patrimonial. Não houve perda de controle no exercício corrente.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia e de suas coligadas são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 por ano, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

f. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do período, atribuível aos acionistas controladores, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no mesmo período, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

g. Receitas e despesas financeiras

Abrangem, basicamente, juros de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais também são apresentados como receitas ou despesas financeiras. Os juros pagos são apresentados como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

h. Reservas

Reserva de capital

Em casos de aumentos de capital somente R\$ 0,01 por ação é alocado à conta de capital social da Companhia em vista do seu patrimônio líquido negativo. O restante do valor por ação, se aplicável, é alocado à reserva de capital.

i. Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais

Quando a Companhia emite instrumentos patrimoniais próprios e os entrega a seus credores com o intuito de extinguir a totalidade ou parte de um passivo financeiro, tais instrumentos patrimoniais são inicialmente reconhecidos no patrimônio líquido, mensurados pelo seu valor justo. Se o valor justo dos instrumentos patrimoniais próprios emitidos não puder ser mensurado, os instrumentos patrimoniais próprios devem ser mensurados pelo valor justo do passivo financeiro extinto. A diferença entre o valor justo reconhecido diretamente no patrimônio líquido e o valor contábil do passivo financeiro é registrada no resultado do exercício como um ganho ou perda.

4 Preparação das demonstrações financeiras

O resultado de equivalência patrimonial existente nas demonstrações financeiras incluem as informações de suas investidas indicadas a seguir:

| | Percentual de participação | |
|--|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/03/2017 | 31/12/2016 |
| Coligadas diretas: | | |
| OGX P&G | 25,89 | 25,89 |
| Coligadas indiretas: | | |
| OGX R-11 (iii) | 25,89 | 25,89 |
| OGX International (iii) | 25,89 | 25,89 |
| OGX Austria (iv) | 25,89 | 25,89 |
| OGX Netherlands Holding (iii) | 25,89 | 25,89 |
| OGX Netherlands (iii) | 25,89 | 25,89 |
| Atlanta Field (i) | 10,36 | 10,36 |
| Controladas em conjunto (empreendimento em conjunto): | | |
| OGMP Transporte Aéreo (ii) | - | 50,00 |

- (i) Controlada em conjunto (“operação em conjunto”) com a Queiroz Galvão Exploração e Produção e a Barra Energia
- (ii) Controlada em conjunto (“negócio em conjunto”) com a Eneva S.A.. No primeiro trimestre de 2017 foi concluída a dissolução da sociedade, decidida por unanimidade entre OGpar e Eneva S.A, tendo em vista que a OGMP não desenvolvia mais sua atividade operacional.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2016 e 31 dezembro de 2015, a coligada OGX P&G mantém participação de 100%, direta ou indireta, nessas sociedades.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme entre as empresas e são consistentes com aquelas utilizadas na apresentação dos números do exercício anterior.

5 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/03/2017 | 31/12/2016 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Caixa e conta-corrente | 19 | 6 |
| Fundo de Investimento | | |
| Itaú Top DI Referenciado (*) | 357 | 59 |
| | <u>376</u> | <u>65</u> |

(*) Fundo de Investimento TOP DI FI REFERENCIADO

O objetivo do fundo é aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento classificados como “Referenciado DI”, os quais investem em ativos financeiros que buscam acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) ou da taxa Selic, de forma que, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos ativos financeiros componentes de suas respectivas carteiras estejam atrelados, direta ou indiretamente, a este parâmetro, observado que a rentabilidade do fundo será impactada em virtude dos custos e despesas do fundo, inclusive taxa de administração, se houver. Esse fundo é considerado de liquidez imediata e possui garantia de recompra do papel.

Classificação e mensuração

Os saldos mantidos em contas-correntes têm seus valores justos equivalentes aos saldos contábeis e são classificados como empréstimos e recebíveis.

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa por instituição financeira está apresentada nos quadros a seguir.

| Instituição financeira | 31/03/2017 | 31/12/2016 |
|--|-------------------|-------------------|
| Caixa e conta corrente | | |
| Caixa Interno | 1 | 1 |
| Bradesco | 4 | 3 |
| BTG Pactual | - | 1 |
| Itaú | 14 | 1 |
| | <u>19</u> | <u>6</u> |
| Total de caixa e conta corrente | | |
| Fundo de Investimento - Itaú | 357 | 59 |
| | <u>376</u> | <u>65</u> |

6 Outros créditos

| | 31/03/2017 | 31/12/2016 |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Prêmio de seguros | 137 | 95 |
| Adiantamentos a colaboradores | 425 | 423 |
| | <u>562</u> | <u>518</u> |

7 Investimentos

| Investimento | 31/03/2017 | 31/12/2016 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| OGX P&G | | |
| Valor contábil do investimento (% do patrimônio líquido) | (250.861) | (241.110) |
| Ajuste perda de controle - deságio | <u>(818.361)</u> | <u>(818.361)</u> |
| Subtotal | <u>(1.069.222)</u> | <u>(1.059.471)</u> |
| Realização do deságio | 709.651 | 709.651 |
| Total (i) | <u>(359.571)</u> | <u>(349.820)</u> |
| OGMP Transporte Aéreo | | |
| Valor contábil do investimento (% do patrimônio líquido) | <u>-</u> | <u>129</u> |
| | <u>(359.571)</u> | <u>(349.691)</u> |

(i) Apresentado no passivo não circulante na rubrica “provisão para perda de investimento” tendo em vista a obrigação nas perdas conforme previsto no plano de Recuperação Judicial.

a. Movimentação do investimento

| | |
|---|-------------------------|
| a. Saldo em 1º de janeiro de 2016 | <u>(302.427)</u> |
| Ajustes de conversão de moeda estrangeira | 52.005 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (16.987) |
| Ganho efeito da variação de participação em coligada | 18.228 |
| Equivalência patrimonial reflexa ágio na emissão de ações | <u>30.362</u> |
| Saldo em 31 de março de 2016 | <u>(218.819)</u> |
| Ajustes de conversão de moeda estrangeira | 33.226 |
| Resultado de equivalência patrimonial | <u>(164.098)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | <u>(349.691)</u> |
| Ajustes de conversão de moeda estrangeira | 4.488 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (14.245) |
| Efeito dissolução OGMP | <u>(123)</u> |
| Saldo em 31 de março de 2017 | <u>(359.571)</u> |

b. Informações sobre as participações societárias

| | No Brasil | | | No exterior | | | | |
|---|-------------------|---------------|------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|-------------------------|------------------------|
| | OGX P&G | OGX R-11 | OGMP Transp. Aéreo (i) | OGX Áustria | OGX International | OGX Netherlands | OGX Netherlands Holding | Atlanta Field B.V. (i) |
| 31 de março de 2017 | | | | | | | | |
| Ativo circulante | 88.088 | 868 | - | 16 | 9 | 4 | 62 | 9.729 |
| Ativo realizável a longo prazo | 12.721.661 | 16.798 | 248 | 10.541.849 | 12 | 67.119 | 1.711 | 5.490 |
| Investimentos | 8.314 | - | - | - | - | - | 246.625 | - |
| Imobilizado | 529.252 | - | - | - | - | 834 | - | 456.112 |
| Intangível | 569.663 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total ativo | 13.916.978 | 17.666 | 248 | 10.541.865 | 21 | 67.957 | 248.398 | 471.331 |
| Passivo circulante | 2.534.217 | 3 | - | 222 | - | - | 35.078 | 6.568 |
| Passivo não-circulante | 12.351.713 | 9.349 | - | 11.940.448 | 1.243.256 | 6.724 | 9.347 | 1.280 |
| Patrimônio líquido | (968.952) | 8.314 | 248 | (1.398.805) | (1.243.235) | 61.233 | 203.973 | 463.483 |
| Total passivo + patrimônio líquido | 13.916.978 | 17.666 | 248 | 10.541.865 | 21 | 67.957 | 248.398 | 471.331 |
| Percentual de participação | 25,89% | 25,89% | - | 25,89% | 25,89% | 25,89% | 25,89% | 10,36% |
| Lucro (prejuízo) do período | (55.000) | (420) | - | 60.685 | 65.149 | 6.524 | 4.918 | 120 |
| 31 de dezembro de 2016 | | | | | | | | |
| Ativo circulante | 106.394 | 5.838 | 15 | 24 | 46 | 3 | 47 | 8.100 |
| Ativo realizável a longo prazo | 13.001.871 | 10.945 | 245 | 10.781.970 | 13 | 62.232 | 1.723 | 4.067 |
| Investimentos | 4.651 | - | - | - | - | - | 231.552 | - |
| Imobilizado | 539.658 | - | - | - | - | 857 | - | 444.434 |
| Intangível | 569.922 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total ativo | 14.222.496 | 16.783 | 260 | 10.781.994 | 59 | 63.092 | 233.322 | 456.601 |
| Passivo circulante | 2.423.198 | 2 | - | 12.282.487 | - | - | 17 | 13.828 |
| Passivo não-circulante | 12.730.585 | 12.130 | - | - | 1.326.246 | 6.873 | 9.615 | 4.443 |
| Patrimônio líquido | (931.287) | 4.651 | 260 | (1.500.493) | (1.326.187) | 56.219 | 223.690 | 438.330 |
| Total passivo + patrimônio líquido | 14.222.496 | 16.783 | 260 | 10.781.994 | 59 | 63.092 | 233.322 | 456.601 |
| Percentual de participação | 25,89% | 25,89% | 50% | 25,89% | 25,89% | 25,89% | 25,89% | 10,36% |
| Lucro (prejuízo) do exercício | (698.949) | (8.778) | (251) | 386.021 | 335.064 | (41.524) | (48.858) | (798) |

(i) Refere-se aos saldos patrimoniais referentes à totalidade das ações/quotas existentes e não apenas à participação da Companhia.

8 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos e contribuições

| | 31/03/2017 | 31/12/2016 |
|---|---------------|--------------|
| Ativo não circulante | | |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 2.491 | 2.491 |
| IRPJ a compensar | 7.506 | 7.455 |
| Outros a compensar | 14 | 14 |
| Total de imposto e contribuições a recuperar | 10.011 | 9.960 |
| Passivo circulante | | |
| IRRF | - | 2 |
| COFINS a pagar | 2 | 3 |
| PIS a pagar | 1 | - |
| Outros | - | 8 |
| Total de impostos e contribuições a recolher | 3 | 13 |

A conciliação da apuração de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

| | 31/03/2017 | | 31/03/2016 | |
|---|------------------------------------|----------------|------------------------------------|--------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Prejuízo do exercício antes do IRPJ e CSLL | (15.330) | (15.330) | (10.683) | (10.683) |
| Adições/exclusões de natureza permanentes: | | | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota Explicativa nº 7 (a)) | 14.245 | 14.245 | 16.987 | 16.987 |
| Ganho efeito da variação de participação em coligada | - | - | (18.228) | (18.228) |
| Realização de ajustes acumulados de conversão | - | - | 14.031 | 14.031 |
| Outras Adições / exclusões líquidas | - | - | - | - |
| Base de cálculo para IRPJ e CSLL | (1.085) | (1.085) | 2.107 | 2.107 |
| Alíquotas (%) | 15% + adicional 10% | 9% | 15% + adicional 10% | 9% |
| IRPJ e CSLL diferido | 271 | 98 | (527) | (190) |
| Reversão de IRPJ e CSLL corrente e diferido | (271) | (98) | 527 | 190 |
| Total do IRPJ e CSLL contabilizado | - | - | - | - |
| Alíquota efetiva | - | - | - | - |

9 Partes relacionadas

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão representados a seguir:

| | <u>Créditos com partes relacionadas</u> | | <u>Empréstimos e financiamentos (passivo)</u> | |
|-------------------|---|-------------------|---|-------------------|
| | <u>31/03/2017</u> | <u>31/12/2016</u> | <u>31/03/2017</u> | <u>31/12/2016</u> |
| OGX P&G | - | - | 82.631 | (81.261) |
| OGX International | 633 | 633 | - | - |
| | <u>633</u> | <u>633</u> | <u>82.631</u> | <u>(81.261)</u> |

Os saldos passivos apresentados acima referem-se a mútuos remunerados pelo CDI ou Libor 6 meses + 2,5%. As companhias tem flexibilidade para rolar o vencimento desse mútuo.

Movimento dos empréstimos e financiamentos

| | Passivo |
|--|-------------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | <u>(81.261)</u> |
| Novas captações | (1.236) |
| Juros incorridos | (1.388) |
| Variação cambial | 1.254 |
| Amortização | - |
| Saldo em 31 de março de 2017 | <u><u>(82.631)</u></u> |

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores está detalhada na Nota Explicativa nº 14.

10 Fornecedores

| | <u>31/03/2017</u> | <u>31/12/2016</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Fornecedores nacionais | 777 | 500 |
| Fornecedores estrangeiros | 590 | 736 |
| | <u>1.367</u> | <u>1.236</u> |

Saldos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 refere-se basicamente a custos a serem pagos em até 48 parcelas mensais no âmbito da recuperação judicial.

11 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a. Capital social

Durante o período findo de 31 de março de 2017 e 31 de dezembro 2016 não ocorreram exercícios de opções de compra de ações e nem integralizações de capital na Companhia.

| | 31/03/2017 | | 31/12/2016 | |
|---|---------------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|
| | Nº de ações ordinárias | Participação % | Nº de ações ordinárias | Participação % |
| Acionistas | | | | |
| Centennial Asset Funds (i) | 16.233.332 | 50,17 | 16.233.332 | 50,17 |
| Outros (acionistas com participação individual inferior a 5%) | 16.126.836 | 49,83 | 16.126.836 | 49,83 |
| (ii) | 32.360.168 | 100 | 32.360.168 | 100 |

- (i) Centennial Asset Mining Fund LLC e Centennial Asset Brazilian Equity Fund, ambos controlados pelo Sr.Eike Fuhrken Batista.
- (ii) No dia 29 de abril 2016 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovado o grupamento das ações da Companhia.

Custo na emissão de ações

Os custos de distribuição da Oferta Pública de Ações no valor de R\$ 236.951 estão registrados em conta retificadora do capital social. Estes custos se referem à comissão e aos serviços de registro e listagem da oferta, advogados, auditores, publicidade e outros.

b. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

Em função do prejuízo apresentado em 31 de março de 2017, não houve proposta de dividendos intermediários relativos ao período.

c. Ajuste acumulado de conversão

Devido à conversão de moeda relativa aos investimentos indiretos em empresas com moedas funcionais diferentes da moeda funcional da Companhia (e da moeda de apresentação destas demonstrações financeiras), foram apurados ajustes acumulados de conversão registrados na conta de resultados abrangentes.

12 Despesas administrativas e gerais

Os principais gastos incorridos estão demonstrados no quadro abaixo:

| | 31/03/2017 | 31/03/2016 |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Despesas com pessoal | 259 | 238 |
| Serviços prestados por terceiros | 240 | 763 |
| Seguros | 233 | 88 |
| Outros | 142 | 155 |
| | <u>874</u> | <u>1.244</u> |

13 Resultado financeiro

| | 31/03/2017 | 31/03/2016 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Despesas financeiras | | |
| Juros sobre mútuos | (1.388) | (1.370) |
| Outros | (243) | (264) |
| | <u>(1.631)</u> | <u>(1.634)</u> |
| Receitas financeiras | | |
| Atualização de créditos tributários | 160 | 402 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 7 | 1 |
| | <u>167</u> | <u>403</u> |
| Variação cambial líquida | <u>1.253</u> | <u>4.582</u> |
| Resultado financeiro líquido | <u>(211)</u> | <u>3.351</u> |

14 Remuneração dos administradores

Os administradores apresentados referem-se aos membros do Conselho de Administração. O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do período findo em 31 de março de 2017 está apresentado no quadro abaixo:

| | 31/03/2017 | 31/03/2016 |
|---|-------------------|-------------------|
| Conselho de Administração | 216 | 197 |
| Subtotal | <u>216</u> | <u>197</u> |
| Opções de compra de ações canceladas e anuladas | - | - |
| Efeito no resultado | <u>216</u> | <u>197</u> |

15 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A OGPar é uma holding com participação direta, não controladora, na OGX P&G, com controle compartilhado sobre a OGMP e com participações indiretas, também não controladora, em outras entidades (vide Nota Explicativa nº 7). A OGpar individualmente não possui instrumentos financeiros de montantes relevantes, não obstante, sua coligada e controlada em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos. Os resultados obtidos com as operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

a. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras, riscos das taxas de juros e inflação oriundos dos ativos e passivos adquiridos, poderão ser neutralizados, quando considerados relevantes, de acordo com a avaliação do contexto econômico e operacional pela Administração. A contratação de instrumentos de proteção de contra variação no preço do petróleo está sujeita aos limites de exposição física e de volatilidade previstos na Política de Comercialização da Companhia.

b. Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

b.1 Risco de variação de preço: petróleo

Gerenciamento de risco

A coligada OGX P&G possui política formal de gerenciamento de estoque e comercialização na qual se definem as alçadas de decisão para a comercialização de petróleo e os critérios para gerenciamento do preço de venda do petróleo. As diretrizes de proteção do preço da *commodity* preveem a utilização de instrumentos derivativos para fixação do preço de venda de forma a assegurar uma maior estabilidade e previsibilidade do fluxo de receitas da Companhia.

Operações protegidas por instrumentos derivativos contra variação de preço

De acordo com a Política de Comercialização a coligada OGX P&G pode utilizar instrumentos derivativos com a finalidade de fixar o preço de venda do óleo já produzido, podendo, também, fixar o preço de até três meses de produção, ou eventualmente de outro horizonte que venha a ser aprovado pelo Conselho de Administração. Os instrumentos derivativos utilizados poderão ser futuros, *swaps*, “*collars*” e opções. As operações podem ser realizadas nas Bolsas NYMEX - New York Mercantile Exchange e ICE - Intercontinental Exchange, assim como no mercado de balcão. Não houve nenhuma operação com instrumentos derivativos em 2016 e 2015.

Análise de sensibilidade - testes de estresse

Em 31 de março de 2017 e 2016 não havia derivativos de petróleo em aberto na OGpar e nem na OGX P&G.

b.2 Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio associadas aos ativos e passivos da Companhia.

Gerenciamento de risco

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito consolidado de suas empresas para identificar e reduzir os riscos associados à oscilação do valor das moedas que estão relacionadas aos ativos e passivos. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas coligadas da Companhia. A ideia é minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do hedge natural. A Companhia pode atuar na contratação de operações de derivativos, dentro dos seguintes limites:

- Para valores efetivamente comprometidos ou contratados, nos quais já existam contratos firmados com fornecedores, pode ser adotada a posição de cobertura de até 100%, independentemente do prazo da exposição.
- Para valores estimados, pode ser adotada posição com prazo de cobertura limitado a doze meses e posição de cobertura inferior a 100%, ponderada com base em perspectiva conservadora de realização.

Análise de sensibilidade para o risco cambial

Em 31 de março de 2017 a Companhia individualmente, não possuía ativos ou passivos relevantes expostos ao câmbio. Sua coligada OGX P&G possuía exposição cambial líquida de R\$ (2.241.495) passivos, representada, sobretudo pelo financiamento DIP e pelo 2º Pré Pagamento de exportação/ *incremental facility* (US\$ 73 milhões).

Os cenários definidos nesta análise partiram da taxa de câmbio de 31 de março de 2017:

- Cenário I: depreciação do R\$ perante o US\$ - em 25%.
- Cenário II: depreciação do R\$ perante o US\$ - em 50%.

| | Valor de referência (US\$ mil) | Cenário I (R\$ mil) | Cenário II (R\$ mil) |
|---|---|--------------------------------|---------------------------------|
| Passivo líquido em moeda estrangeira | (707.453) (*) | (560.374) | (1.120.747) |
| % Participação OGpar | 25,89% | 25,89% | 25,89% |
| Exposição da OGpar a exposição cambial da OGX P&G | (183.160) | (145.081) | (290.161) |

(*) Corresponde a exposição cambial líquida que a OGX P&G está exposta, cujo montante de R\$ 2.241.495 (R\$ 580.323) proporcional a participação da Companhia) está convertido para US\$ pela taxa de fechamento de 31 de março de 2017 (3,1684).

O saldo de ativo e passivos líquidos é negativo (dívida líquida), sobretudo em função do "passivo circulante" que corresponde aos financiamentos do DIP e 2º PPE (US\$ 73 milhões). A OGX P&G optou por não contratar instrumento financeiro de proteção dessa exposição contábil, pois no processo de recuperação judicial, a OGX P&G não espera ter que desembolsar recursos para liquidar os DIPs (num total de US\$ 329.809 em 31 de março de 2017). A proposta do Plano de Recuperação Judicial é converter essa dívida em capital.

b.3 Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros às quais podem estar associados os fluxos de pagamento de principal e juros de dívida. A Companhia não considera relevante o risco de juros em seu status atual, pois, não espera ter que liquidar seu principal passivo com juros (o DIP *Finance*), cuja expectativa é que seja convertido em capital.

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Companhia adotou como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, as referências utilizadas são o Índice *RiskBank* da consultoria Lopes Filho e Associados e o rating da agência de risco Standard & Poors. Para avaliação das contrapartes comerciais a empresa possui normativo no qual é estabelecido um conjunto de critérios e diretrizes que representam a base para concessão de crédito a clientes nacionais e internacionais da Companhia. Os fundamentos básicos que norteiam este instrumento são o de prover maior segurança na realização dos créditos concedidos e o de minimizar eventuais riscos nas relações comerciais.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde ao total do quadro abaixo:

| Quadro de risco de crédito | 31/03/2017 | 31/12/2016 |
|--|--------------|--------------|
| Ativos | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 376 | 65 |
| Outros créditos (não inclui prêmio de seguros) | 425 | 423 |
| Créditos com partes relacionadas | 633 | 633 |
| | 1.434 | 1.121 |

d. Risco de liquidez

A Companhia e suas coligadas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado de curto prazo. O quadro a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixa de vencimento.

| | 31/03/2017 | | | | | Total dos passivos financeiros | |
|---|------------|-------------|--------------------|------------------|-----------------|--------------------------------|---------------|
| | Vencido | Até 6 meses | De 6 meses a 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Mais que 2 anos | | Outros |
| Fornecedores (ii) | - | 752 | 253 | 362 | - | - | 1.367 |
| Empréstimos com partes relacionadas (i) | - | - | - | - | - | 82.631 | 82.631 |
| Outras contas a pagar | - | - | - | - | - | 151 | 151 |
| Total | - | 752 | 253 | 362 | - | 82.782 | 84.149 |

- (i) Mútuo com vencimento renovável como forma de gestão consolidada do caixa do Grupo OGPar. A quitação deste mútuo se dará sob demanda.
- (ii) Fornecedores com prazo superior a 6 meses associados ao plano de recuperação judicial.

16 Informações por segmento

A administração da OGpar não segrega os resultados da Companhia por segmentos. Após a perda de controle sobre a OGX P&G o resultado da OGPar passou a ser basicamente o resultado de equivalência patrimonial e outros efeitos associados às participações societárias não controladoras. O resultado da principal investida OGX P&G segmentado por bacia (segmento geológico) está apresentado nas demonstrações financeiras da OGX P&G.

17 Resultado por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) dos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2017 aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

| Básico e diluído | 31/03/2017 | 31/03/2016 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Numerador básico e diluído | | |
| Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores | (15.330) | (10.683) |
| Denominador básico e diluído | | |
| Média ponderada de ações | <u>32.360.168</u> | <u>32.360.168</u> |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação | <u>(0,47373)</u> | <u>(0,33013)</u> |

Ajuste retrospectivo

Conforme requerido pelo CPC 41, a Companhia ajustou retrospectivamente o cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações comentado na Nota Explicativa 11.

Composição do Conselho de Administração

Composição da Diretoria

Pedro de Moraes Borba
Presidente

Paulo Narcélio Simões Amaral
Diretor Presidente

Julio Alfredo Klein Junior

Márcia Lemos Mainenti
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Leonardo Martins

Francisco Aurélio Sampaio Santiago
Diretor de Operações

Membros independentes

Controller e Contador responsável

Adriano Salviato Salvi

Jefferson Luis Castrignani Martins
CRC-1SP218855/O-1

Jorge Rojas Carro

Renato Paulino de Carvalho Filho

Índice

Dados da Empresa

| | |
|-----------------------|---|
| Composição do Capital | 1 |
|-----------------------|---|

DFs Individuais

| | |
|---------------------------|---|
| Balanço Patrimonial Ativo | 2 |
|---------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|---|
| Balanço Patrimonial Passivo | 3 |
|-----------------------------|---|

| | |
|---------------------------|---|
| Demonstração do Resultado | 4 |
|---------------------------|---|

| | |
|--------------------------------------|---|
| Demonstração do Resultado Abrangente | 5 |
|--------------------------------------|---|

| | |
|--------------------------------|---|
| Demonstração do Fluxo de Caixa | 6 |
|--------------------------------|---|

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | |
|--------------------------------|---|
| DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017 | 7 |
|--------------------------------|---|

| | |
|--------------------------------|---|
| DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016 | 8 |
|--------------------------------|---|

| | |
|----------------------------------|---|
| Demonstração do Valor Adicionado | 9 |
|----------------------------------|---|



Dados da Empresa / Composição do Capital

| Número de Ações (Unidades) | Trimestre Atual 31/03/2017 |
|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Do Capital Integralizado | |
| Ordinárias | 32.360.168 |
| Preferenciais | 0 |
| Total | 32.360.168 |
| Em Tesouraria | |
| Ordinárias | 0 |
| Preferenciais | 0 |
| Total | 0 |



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 31/03/2017 | Exercício Anterior 31/12/2016 |
|------------------------|--|---------------------------------------|--|
| 1 | Ativo Total | 11.582 | 11.305 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 938 | 583 |
| 1.01.01 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 376 | 65 |
| 1.01.08 | Outros Ativos Circulantes | 562 | 518 |
| 1.01.08.03 | Outros | 562 | 518 |
| 1.01.08.03.20 | Outros créditos e despesas antecipadas | 562 | 518 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 10.644 | 10.722 |
| 1.02.01 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 10.644 | 10.593 |
| 1.02.01.08 | Créditos com Partes Relacionadas | 633 | 633 |
| 1.02.01.09 | Outros Ativos Não Circulantes | 10.011 | 9.960 |
| 1.02.01.09.03 | Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar | 10.011 | 9.960 |
| 1.02.02 | Investimentos | 0 | 129 |



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 31/03/2017 | Exercício Anterior 31/12/2016 |
|------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|--|
| 2 | Passivo Total | 11.582 | 11.305 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 84.234 | 82.866 |
| 2.01.01 | Obrigações Sociais e Trabalhistas | 82 | 82 |
| 2.01.02 | Fornecedores | 1.367 | 1.236 |
| 2.01.03 | Obrigações Fiscais | 3 | 13 |
| 2.01.05 | Outras Obrigações | 82.782 | 81.535 |
| 2.01.05.02 | Outros | 82.782 | 81.535 |
| 2.01.05.02.05 | Outras contas a pagar | 151 | 274 |
| 2.01.05.02.06 | Empréstimos com partes relacionadas | 82.631 | 81.261 |
| 2.02 | Passivo Não Circulante | 359.571 | 349.820 |
| 2.02.04 | Provisões | 359.571 | 349.820 |
| 2.02.04.02 | Outras Provisões | 359.571 | 349.820 |
| 2.02.04.02.04 | Provisões para perda de investimentos | 359.571 | 349.820 |
| 2.03 | Patrimônio Líquido | -432.223 | -421.381 |
| 2.03.01 | Capital Social Realizado | 8.821.155 | 8.821.155 |
| 2.03.02 | Reservas de Capital | 30.362 | 30.362 |
| 2.03.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | -9.233.024 | -9.217.694 |
| 2.03.07 | Ajustes Acumulados de Conversão | -50.716 | -55.204 |



DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual | Acumulado do Exercício |
|-----------------|--|-------------------------|-------------------------------------|
| | | 01/01/2017 à 31/03/2017 | Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016 |
| 3.04 | Despesas/Receitas Operacionais | -15.119 | -14.034 |
| 3.04.02 | Despesas Gerais e Administrativas | -874 | -1.244 |
| 3.04.04 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 18.228 |
| 3.04.04.02 | Ganho efeito da alteração de participação em coligada | 0 | 18.228 |
| 3.04.05 | Outras Despesas Operacionais | 0 | -14.031 |
| 3.04.05.01 | Realização de ajustes acumulados de conversão | 0 | -14.031 |
| 3.04.06 | Resultado de Equivalência Patrimonial | -14.245 | -16.987 |
| 3.05 | Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos | -15.119 | -14.034 |
| 3.06 | Resultado Financeiro | -211 | 3.351 |
| 3.06.01 | Receitas Financeiras | 1.420 | 4.985 |
| 3.06.02 | Despesas Financeiras | -1.631 | -1.634 |
| 3.07 | Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro | -15.330 | -10.683 |
| 3.09 | Resultado Líquido das Operações Continuadas | -15.330 | -10.683 |
| 3.11 | Lucro/Prejuízo do Período | -15.330 | -10.683 |
| 3.99 | Lucro por Ação - (Reais / Ação) | | |
| 3.99.01 | Lucro Básico por Ação | | |
| 3.99.01.01 | ON | -0,47373 | 0,33013 |
| 3.99.02 | Lucro Diluído por Ação | | |
| 3.99.02.01 | ON | -0,47373 | -0,33013 |



DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual | Acumulado do Exercício |
|--------------------|---------------------------------|-------------------------|-------------------------------------|
| | | 01/01/2017 à 31/03/2017 | Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016 |
| 4.01 | Lucro Líquido do Período | -15.330 | -10.683 |
| 4.02 | Outros Resultados Abrangentes | 4.488 | 66.036 |
| 4.02.01 | Ajustes de conversão período | 4.488 | 66.036 |
| 4.03 | Resultado Abrangente do Período | -10.842 | 55.353 |



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual | Acumulado do Exercício |
|-----------------|--|-------------------------|-------------------------------------|
| | | 01/01/2017 à 31/03/2017 | Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016 |
| 6.01 | Caixa Líquido Atividades Operacionais | -925 | 10.699 |
| 6.01.01 | Caixa Gerado nas Operações | -951 | -1.194 |
| 6.01.01.01 | Prejuízo do período | -15.330 | -10.683 |
| 6.01.01.02 | Resultado de equivalência patrimonial | 14.245 | 16.987 |
| 6.01.01.03 | Variação cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos | -1.254 | -4.671 |
| 6.01.01.05 | Juros/encargos sobre financiamento | 1.388 | 1.370 |
| 6.01.01.06 | Ganho efeito da alteração de participação em coligada | 0 | -18.228 |
| 6.01.01.07 | Realização de ajustes acumulados de conversão | 0 | 14.031 |
| 6.01.02 | Variações nos Ativos e Passivos | 26 | 11.893 |
| 6.01.02.01 | Outros créditos e partes relacionadas | -44 | 87 |
| 6.01.02.02 | Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar | -51 | 12.149 |
| 6.01.02.04 | Fornecedores | 131 | -334 |
| 6.01.02.05 | Salários e encargos trabalhistas | 0 | -11 |
| 6.01.02.06 | Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher | -10 | 2 |
| 6.03 | Caixa Líquido Atividades de Financiamento | 1.236 | -10.677 |
| 6.03.02 | Amortização do principal | 0 | -12.000 |
| 6.03.03 | Captações de empréstimos e financiamentos | 1.236 | 1.323 |
| 6.05 | Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes | 311 | 22 |
| 6.05.01 | Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 65 | 59 |
| 6.05.02 | Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 376 | 81 |



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido |
|-----------------|---------------------------------|------------------------------|--|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 8.821.155 | 30.362 | 0 | -9.217.694 | -55.204 | -421.381 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 8.821.155 | 30.362 | 0 | -9.217.694 | -55.204 | -421.381 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | -15.330 | 4.488 | -10.842 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | -15.330 | 0 | -15.330 |
| 5.05.02 | Outros Resultados Abrangentes | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.488 | 4.488 |
| 5.05.02.04 | Ajustes de Conversão do Período | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.488 | 4.488 |
| 5.07 | Saldos Finais | 8.821.155 | 30.362 | 0 | -9.233.024 | -50.716 | -432.223 |



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido |
|-----------------|---|------------------------------|--|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| 5.01 | Saldo Iniciais | 8.821.155 | 0 | 0 | -9.038.635 | -154.466 | -371.946 |
| 5.03 | Saldo Iniciais Ajustados | 8.821.155 | 0 | 0 | -9.038.635 | -154.466 | -371.946 |
| 5.04 | Transações de Capital com os Sócios | 0 | 30.362 | 0 | 0 | 0 | 30.362 |
| 5.04.08 | Equivalência patrimonial reflexa ágio na emissão de ações | 0 | 30.362 | 0 | 0 | 0 | 30.362 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | -10.683 | 66.036 | 55.353 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | -10.683 | 0 | -10.683 |
| 5.05.02 | Outros Resultados Abrangentes | 0 | 0 | 0 | 0 | 66.036 | 66.036 |
| 5.05.02.04 | Ajustes de Conversão do Período | 0 | 0 | 0 | 0 | 66.036 | 66.036 |
| 5.07 | Saldo Finais | 8.821.155 | 30.362 | 0 | -9.049.318 | -88.430 | -286.231 |



DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual | Acumulado do Exercício |
|-----------------|---|-------------------------|-------------------------|
| | | Exercício | Anterior |
| | | 01/01/2017 à 31/03/2017 | 01/01/2016 à 31/03/2016 |
| 7.02 | Insumos Adquiridos de Terceiros | -598 | -976 |
| 7.02.02 | Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros | -598 | -976 |
| 7.03 | Valor Adicionado Bruto | -598 | -976 |
| 7.05 | Valor Adicionado Líquido Produzido | -598 | -976 |
| 7.06 | Vlr Adicionado Recebido em Transferência | -12.825 | -7.805 |
| 7.06.01 | Resultado de Equivalência Patrimonial | -14.245 | -16.987 |
| 7.06.02 | Receitas Financeiras | 1.420 | 4.985 |
| 7.06.03 | Outros | 0 | 4.197 |
| 7.06.03.02 | Ganho efeito da alteração de participação em coligada | 0 | 18.228 |
| 7.06.03.03 | Realização do ajuste acumulado de conversão | 0 | -14.031 |
| 7.07 | Valor Adicionado Total a Distribuir | -13.423 | -8.781 |
| 7.08 | Distribuição do Valor Adicionado | -13.423 | -8.781 |
| 7.08.01 | Pessoal | 216 | 199 |
| 7.08.02 | Impostos, Taxas e Contribuições | 60 | 69 |
| 7.08.03 | Remuneração de Capitais de Terceiros | 1.631 | 1.634 |
| 7.08.03.03 | Outras | 1.631 | 1.634 |
| 7.08.03.03.01 | Despesas financeiras | 1.631 | 1.634 |
| 7.08.04 | Remuneração de Capitais Próprios | -15.330 | -10.683 |

